



MUNICÍPIO DE  
TERRAS DE BOURO

**QUADRIÉNIO 2021/2025**

**Ata da sessão da Assembleia Municipal de 26 de setembro**

## **Ata da sessão da Assembleia Municipal de 26 de setembro**

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco e última da legislatura 2021/2025 da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do Número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e vinte e três de doze de setembro;** -----

**2. Análise e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil Municipal de Terras de Bouro;** -----

**3. Análise de votação da Quarta Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2025;** -----

**4. Análise e conhecimento do Relatório da Sociedade de Revisores de Contas, relativo ao primeiro semestre de 2025;** -----

**5. Análise e votação da proposta de Carta Educativa Municipal de 2.ª Geração;** -----

**6. Análise e votação da Minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com a Empresa das Águas do Gerês;** -----

**7. Análise e votação de Voto de Pesar – Senhor Claudino Cruz Ferreira.** -----

----- Assumiu a presidência desta reunião o presidente da assembleia municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Elisa Antunes o lugar de segunda secretária. -----

----- Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo que interveio para prestar informações e esclarecimentos e a senhora Vereadora Isménia Loureiro. -----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove. -----

----- Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e deu a palavra ao primeiro secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta assembleia e colocado a mesma documentação à disposição para eventual consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de vinte e sete de junho, cuja leitura foi dispensada por unanimidade e que, não merecendo qualquer intervenção, foi imediatamente aprovada por unanimidade. -----

----- Iniciado o período de antes da ordem do dia, inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados municipais Avelino Soares, Néilson Moisés, Vítor Fernandes, Guilherme Alves e também o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, António Príncipe. -----

----- Assim sendo, iniciou a sua intervenção o senhor deputado Avelino Soares nos moldes da intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra: -----

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Ex.mº Senhor Presidente da Câmara-----

Ex.mºs Secretários e Dr. Paulo Morgado-----

Ex.m-ª Senhoras Vereadoras-----

Es.mª Chefe de Gabinete da Presidência-----

Digníssimos membros desta Assembleia, e demais membros das juntas de freguesia presentes.-----

Ex.mº Público Presente -----

Ex.mº Chefe de Divisão -----

Apesar de na última Assembleia já ter deixado uma palavra de agradecimento ao Executivo, à Mesa de Assembleia e generalizado aos autarcas que nas diversas freguesias se dedicam à causa pública procurando, em perfeita cooperação com a Câmara Municipal, responder àquelas que são as necessidades das populações, quero nesta última Assembleia, do mandato que agora termina, renovar essa minha manifestação de gratidão e admiração pelo facto de termos estas pessoas que se dispuseram e na sua maioria se dispõem a continuar esse meritoso serviço. Sabemos e reconhecemos que nem sempre se consegue corresponder a todas as solicitações dos munícipes, das instituições, das juntas de freguesia e daqueles que, como nós, desejam o melhor para a nossa terra. Mas também sabemos que com a determinação, a coragem e a incansável dedicação que o nosso Presidente da Câmara manifesta e concretiza ao serviço de Terras de Bouro, deixa-nos a certeza que este ritmo não será abrandado e Terras de Bouro não só pode, como já pode concretizar muitas das grandes obras que eram continuamente reclamadas e que, em oito anos, se materializaram no nosso território. A título de meros exemplos, poderemos lembrar que o Parque das Gordairas, depois denominado Parque Verde da Vila, na sede do Concelho, se tornou uma realidade ainda no primeiro mandato de 2017 a 2021. -----

A Ecovia do Homem, que era uma obra há muito programada, também, apesar dos contratempos climáticos, que prejudicaram a parte já construída, está numa fase muito adiantada e avançará para a sua conclusão, valorizando toda a zona ribeirinha do rio homem e dando a possibilidade de residentes e visitantes terem aqui uma resposta maravilhosa de contacto com a natureza e prática de exercício físico, pela caminhada.

Igualmente aconteceu com o passeio de Rio Caldo ao Gerês, já concluído. Obra tida como necessária e de importância crucial para proteção dos peões e turistas que demandavam e demandam a pé, seja a Vila Termal do Gerês, seja a própria serra. No mesmo sentido quero enaltecer as intervenções que foram e estão a ser feitas, em perfeita cooperação com o ICNF, na melhoria da visitação às cascatas e miradouros, privilegiando a segurança e dando a todos, melhores condições de acesso. Os centros culturais/sedes das juntas de freguesia, foram, através de candidaturas à Eficiência Energética e com investimento do Município, reabilitadas e requalificadas, podendo agora acolher melhor as pessoas e dar oportunidade a que outras atividades, de carácter permanente ou temporário, possam ser desenvolvidas nas freguesias. Também a Casa dos Bernardos, sem qualquer apoio externo, viu melhoradas as suas condições com a substituição de portas e janelas, que permitem uma melhor climatização, a renovação de todas as casas de banho e a substituição da caldeira de aquecimento e colocação de bomba de calor para águas quentes, tornando aquele alojamento local, numa unidade turística diferenciadora, seja pela localização, seja pelo decurso histórico que lhe está subjacente. No que diz respeito às acessibilidades, para além de inúmeras intervenções nas diversas freguesias e lugares, assistimos a uma autêntica e positiva reviravolta, com a revitalização das vias de comunicação. Nesse aspeto verificamos a melhoria operada com a intervenção que foi feita no alargamento e repavimentação da estrada de acesso ao lugar da Ermida, em Vilar da Veiga, tal como na estrada de Leonte à Portela do Homem. Igualmente, na estrada de Moimenta, Gondoriz, Cibões a Brufe. Também na estrada de Chamoim a Carvalheira. Estão em obras, a estrada de Choreense, Balança, Ribeira e Souto e, em Rio Caldo, a estrada do Calvário à Pedreirinha (rua das Alminhas do Canhoto) e a estrada da rua das Escolas. No que concerne à rede de água e saneamento, vimos que nestes oito anos foi feita uma extraordinária melhoria nos equipamentos existentes e ampliadas as respostas com novas redes, seja no saneamento seja na água. Quanto a infraestruturas de apoio ao turismo, testemunhamos a reorganização do Centro Náutico de Rio Caldo, tendo-se atingido o número máximo de colocação de embarcações (160), introduzido o cartão eletrónico de acesso aos pontões e feita a colocação de videovigilância.-----

A embarcação turística "Rio Caldo", foi deslocalizada para um novo pontão entre pontes, constituindo-se num atrativo em complementaridade ao posto de Turismo das Pontes de Rio Caldo, verdadeira porta de entrada no nosso Concelho, para quem vem para o Gerês ou S. Bento da Porta Aberta, pelo lado do Concelho de Vieira do Minho. A Praia do Alqueirão que surgiu desorganizadamente e que se divisava de difícil intervenção, dadas as limitações a níveis diversos e distintos, está completamente reorganizada e com

ótimas condições de fruição, graças à persistente diplomacia política e às relações interinstitucionais de respeito e proximidade, por parte do senhor Presidente da Câmara. Entretanto, na Vila de Terras de Bouro foi concretizada a obra de um auditório Municipal que acolhendo 180 pessoas, reúne as condições ótimas para a realização de diversos eventos como congressos, conferências, encontros, seminários e espetáculos culturais (teatro, música e dança).-----

Na área da educação, foram realizadas obras de requalificação das instalações escolares, no Gerês e em Rio Caldo e na área da Saúde tudo se conjuga para que a Extensão de Saúde de Rio Caldo tenha umas novas instalações e nas instalações devolutas do Centro de Saúde seja instalado um Bloco Operatório, cujo projeto já está em elaboração.-----

No que tem a ver com o ordenamento territorial do no Concelho, e concretamente com a Revisão do Plano Diretor Municipal, que tantos anseiam, verificamos que depois de um período longo e de reuniões muito difíceis e de argumentação persistente, com as entidades exteriores que intervêm neste processo, estão finalmente reunidas as condições para que este instrumento regrador e orientador, possa ser posto à discussão pública. Eu estive em duas reuniões e sou testemunha da capacidade de argumentação com que o nosso Presidente se debatia, sustentadamente e defendendo os interesses de Terras de Bouro. Outros projetos e outras obras estão na forja e, garantidamente, serão concretizados. Ou seja, vivemos um tempo em que, pelo caminho feito e pelo que testemunhamos, podemos afirmar que Terras de Bouro não só pode, como tem quem seja um verdadeiro lutador para alcançar que as coisas aconteçam.-----

Isto é, temos um Presidente que, não só faz como tudo faz para que a obra nasça.-----  
Muito obrigado senhor Presidente.-----

-- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Avelino Soares. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado Néilson Moisés nos moldes da intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra: -----

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Augusto Braga, permita-me, na sua pessoa, cumprimentar toda a Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Manuel Tibo Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Público presente e comunicação social*-----

*Depois do flagelo dos incêndios que assolaram o nosso concelho, em particular, aquele que teve origem em Ponte da Barca e atingiu com violência as freguesias de Cibões, Brufe e Campo do Gerês, não poderia deixar de iniciar esta intervenção com um profundo agradecimento. Agradecimento a todos – absolutamente – os que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, no combate às chamas e no apoio às populações: aos nossos bombeiros, à GNR, à Cruz Vermelha, às equipas do ICNF, aos sapadores*

florestais, à Coordenadora municipal de proteção civil e, naturalmente, à nossa população.-----

Mas permitam-me, aqui e agora, destacar de forma muito especial o corpo de Bombeiros de Terras de Bouro – voluntários e profissionais – que, nestes dias forma verdadeiramente incansáveis. O empenho, a coragem e a dedicação que revelaram perante circunstâncias tão duras ficarão para sempre gravados na memória de todos. Foram dias de desgaste físico e emocional, mas também exemplo de honra para o nosso concelho.-----

Quero ainda partilhar com esta Assembleia a forma dedicada e incansável com que o Sr. Presidente da Câmara, Manuel Tibo, e do Sr. Vice-Presidente, Dr. Adelino Cunha acompanharam este combate. Recordo bem da noite de 30 de julho: estando eu no posto de comando na Ponte da Barca, o Sr. Presidente ligava-me, de hora a hora, acompanhando passo a passo, a progressão do incêndio que lavrava em direção a Terras de Bouro. No dia seguinte, que foi dos mais complicados, quando as chamas ameaçaram aldeias, tanto o Sr. Presidente como o Sr. Vice-Presidente estiveram no terreno, lado a lado com a equipas, garantido que nada lhe faltasse. -----

E é justo dizê-lo perante todos: desde o primeiro instante, a maior preocupação do nosso Executivo foi assegurar que cada operacional tivesse condições para cumprir a sua missão. A responsabilidade e a sensibilidade demonstradas são dignas do maior reconhecimento. Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito, muito obrigado.-----

Aos que, de longe e por detrás de um ecrã, se apressaram a criticar, deixo uma mensagem clara: este teatro de operações foi de extrema complexidade. A frente de fogo que avançava da Ponte da Barca era agressiva e imprevisível; as condições climáticas jogavam contra nós; e, ainda assim, tudo foi feito —tudo — para proteger as populações, os seus bens e o nosso Parque Nacional da Peneda-Gerês.-----

Estamos no final de um ciclo autárquico e quero aproveitar este momento para recordar uma conquista estrutural destes oito anos, que muitas vezes não é visível a olho nu, mas que é de importância vital: o reforço das nossas instituições de socorro. Este executivo, liderado pelo Senhor Presidente Manuel Tibo, tem apoiado de forma contínua e determinada as instituições de socorro, nomeadamente a Cruz Vermelha e os Bombeiros.-----

Quando este executivo iniciou funções, em 2017, o nosso concelho era um dos poucos concelhos que ainda não dispunha de Equipas de Intervenção Permanente nos bombeiros, as chamadas EIP. Com visão e determinação, foi criada a primeira equipa. E, no segundo mandato, nasceu a segunda. Estas equipas, constituídas por cinco operacionais altamente preparados, estão sempre prontas para responder a acidentes,

*incêndios urbanos e rurais, tempestades e outras emergências. Atuam diariamente, entre as 6h e as 22h, em regime de dois turnos, garantindo uma resposta ao minuto. Este investimento, é da responsabilidade do município e da ANEPC, em 50% cada. É a prova clara de que este Executivo nunca descurou aquilo que é essencial: a segurança e o bem-estar da nossa população. Hoje, podemos afirmar com orgulho e convicção: Terras de Bouro está muito mais seguro do que há oito anos. -----*

*E termino, Senhor Presidente, deixando um desafio para o futuro: que o próximo Executivo dê continuidade a este caminho, avançando para a criação da 3.ª Equipa de Intervenção Permanente. Só assim poderemos reforçar ainda mais a prontidão do socorro e, sobretudo, alargar os horários destas equipas, porque a segurança não conhece pausas.-----*

*Muito obrigado.-----*

Fim da transcrição e da intervenção do senhor deputado Néilson Moisés. -----

----- Posteriormente, assumiu a palavra o senhor deputado Vítor Fernandes que depois dos cumprimentos a todos os presentes começou por questionar as respostas tardias, entretanto enviadas, aos requerimentos apresentados pelo Partido Socialista que, no seu entender, não respeitaram o prazo estipulado de 60 dias, fruto também dos métodos antiquados que o município continua a usar nestas situações. De igual forma, frisou que estas respostas deveriam ter sido enviadas a todos os elementos da assembleia municipal. Sobre a assembleia municipal, o senhor deputado afirmou não compreender o porquê de as sessões não serem transmitidas online, à semelhança do que acontece por todo o lado, não disponibilizando assim o acesso direto à informação do que se passa nas sessões. Voltando aos cinco requerimentos apresentados pelo PS, (documentos que fazem parte da documentação apensa a esta reunião para consulta) o senhor deputado reafirmou que dos mesmos se deveria dar conhecimento aos partidos aqui representados. Ainda sobre esta temática, o senhor deputado disse também que a página eletrónica do município deveria ter mais informação e menos propaganda, aliás à semelhança do que acontece também com a revista municipal. Finalmente e após vinte anos nestas funções, o senhor deputado Vítor Fernandes aproveitou a ocasião para se despedir de todos com estima e amizade, sublinhando a necessidade do reforço do poder da assembleia municipais. -----

----- Sobre esta última intervenção assumiu logo a seguir a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para responder que devemos salvaguardar e proteger, segundo as diretivas comunitárias, a divulgação de dados confidenciais, citando mesmo o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) para justificar a não divulgação de documentos que, no seu entender, enquanto responsável máximo da assembleia municipal continuará, num quadro de legalidade, a ser aplicada, concluiu o senhor

Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Prossequindo a sessão, assumiu a palavra o senhor deputado Guilherme Alves, com cumprimentos iniciais a todos os presentes e ressaltou, desde logo, o facto de esta assembleia de hoje ter tanta audiência, nomeadamente, de Valdosende. Prossequindo, aludiu ao perigoso estado de degradação e abandono de edifícios públicos, nomeadamente, a antiga cantina da EDP em Paradela de Valdosende e de como os requerimentos do PS foram alvo de respostas tardias e não satisfatórias, lendo inclusive algumas respostas que, na sua opinião são até inadequadas. Ainda sobre os edifícios abandonados, o senhor deputado afirmou que a Proteção Civil Municipal devia já ter atuado e o próprio município também devia tomar medidas de limpeza nas áreas próximas das estruturas da EDP em Paradela, nomeadamente, na zona do viveiro e do ringue. Igual tratamento de limpeza deveria merecer o trilho que atravessa a freguesia e que nunca foi limpo, ora, se Valdosende é, provavelmente, depois de Vilar da Veiga, a freguesia com mais dormidas na área turística, estas situações deveriam ser revistas, pois não dão a melhor imagem do concelho, frisou o senhor deputado. Ainda sobre esta temática, o senhor deputado Guilherme Alves questionou o Senhor Presidente sobre quais são os planos deste Executivo para Valdosende na área do Turismo, já que não existe qualquer acesso à albufeira ou até praia fluvial. Seguidamente o senhor deputado saudou a chegada do Plano de Pormenor do Bairro da EDP, há muito esperado e lamentou o estado de degradação da grande maioria dos lotes da Caniçada, pois dos 17, só 3 registam construção o que, comprova que não se cumprindo assim o regulamento que norteou a venda destes mesmos lotes, deveria acontecer uma hasta pública, frisou e concluiu o senhor deputado. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga com cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. Continuando, destacou várias obras na sua freguesia: os passeios, a estrada da Ermida, o Banco do Ramalho, o anunciado para o Campo do Bilinho ou o edifício da Cruz Vermelha, só para enumerar algumas, pois só pode demonstrar todo o seu agradecimento ao Senhor Presidente pela dedicação à sua freguesia, aqui fica o seu muito obrigado, conclui assim a sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- Logo após, o senhor José Carlos Dias, Secretário da Mesa da Assembleia, solicitou a palavra para dizer que sobre a transparência dos trabalhos e a alegada falta de acesso à informação seria bom que o Partido Socialista refletisse sobre os seus deputados eleitos que não comparecem às reuniões da assembleia municipal há mais de dez sessões, sublinhou e terminou o senhor José Carlos da Rocha Dias.-----

----- A seguir iniciou a sua intervenção e conseqüente primeiro período de respostas o

senhor Presidente da Câmara Municipal, não sem antes dirigir os habituais cumprimentos e agradecimentos a todos por estarem presentes nesta que será a última sessão da assembleia municipal da atual legislatura. Estamos num ano de eleições, de debate de ideias e agora a avaliação será feita pelo povo, sublinhou o Senhor Presidente. Prosseguindo e sobre as palavras do senhor Avelino Soares, agradeceu o apoio manifestado e demonstrado ao longo da legislatura, sendo esta uma caminhada conjunta nestes oito anos. Já sobre a intervenção do senhor deputado Néilson Moisés, que igualmente agradeceu, é realmente incrível perceber o valor do trabalho dos bombeiros. Nos recentes incêndios, o Senhor Presidente agradeceu também a presença e colaboração do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cibões e Brufe, numa luta que envolveu vários e múltiplos meios terrestres e aéreos, demonstrando igual agradecimento à Coordenadora Municipal de Proteção Civil, Dr<sup>a</sup> Anabela Simões. Perante isto, hoje somos um destino seguro para os turistas, aliás, já o éramos também com a ação sempre pronta da equipa de salvamento e resgate da GNR que temos sediada na Vila do Gerês. Relativamente às respostas aos cinco requerimentos do PS, o senhor Presidente da Assembleia Municipal já respondeu à questão, mas não há dúvidas de que as mesmas foram dadas atempadamente, lendo para o efeito um parecer da CCDRN precisamente sobre o tempo legal e ocasião para dar respostas a estas solicitações, parecer que mereceu também a concordância do gabinete jurídico do município. O Senhor Presidente lembrou também o Estatuto do Direito de Oposição aprovado por unanimidade pelos próprios deputados do PS nesta assembleia, aliás, os mesmos dois deputados que já integraram a mesa da assembleia e que nesse período nada disseram ou fizeram para que as sessões da assembleia municipal fossem gravadas ou transmitidas. Ainda sobre os requerimentos apresentados pelo PS, o Senhor Presidente disse que deveriam saber que há certas informações e contratos que estão na posse do Governo e não da câmara municipal. Relativamente à demografia e ao emprego, temas também dos requerimentos, o Senhor Presidente aludiu ao estado dos recursos humanos no período em que o PS foi executivo no município e de como não resolveram, por exemplo, a situação precária dos recibos verdes. Referem-se também a obras, mas não têm uma palavra sobre o PDM, o que não se compreende, sublinhou o Senhor Presidente. Já relativamente às situações dos lotes da Caniçada, o Senhor Presidente explicou a situação, nomeadamente, do lote da antiga Pousada da EDP, que foi vendida pelo Executivo do PS por um valor patrimonial mínimo e de como o promotor, que apesar disso nunca abandonou o projeto, estava limitado em termos de construção, situação que será agora revista com o PP do Bairro da EDP. Não esqueçamos também que as infraestruturas para os mesmos lotes, são muito superiores aos valores dos mesmos o que dificultou o início da requalificação desta área, a mesma zona onde o

anterior executivo não controlou a construção de obras ilegais, como anexos, garagens e varandas, entre outros, ressaltou o Senhor Presidente. Os senhores deputados do PS nem imaginam o trabalho que deu a elaboração do PP do Bairro da EDP ou mesmo a revisão do PDM, processo que irá aumentar a capacidade de construção no concelho em 57%, acentuou o Senhor Presidente, que afirmou também que à data da sua ligação ao poder na câmara municipal, o senhor deputado Guilherme Alves deixou fugir o investimento que estava já previsto para Paradela. Nunca se fizeram tantas transferências de verbas para Valdosende como com este Executivo, sublinhou igualmente o Senhor Presidente. Relativamente ao estado de degradação da antiga cantina da EDP, ainda é propriedade privada, mas a proteção civil municipal irá inteirar-se da situação; o trilho da Caniçada irá ser limpo e também existe um projeto para uma praia fluvial na Costa da Barca. Relativamente aos dois requerimentos de que ainda não receberam resposta, o Senhor Presidente afirmou que “os deputados do PS nem sabem do que falam”, pois a competência das pescas é da responsabilidade do ICNF e da APA, prestando ainda assim o Senhor Presidente os esclarecimentos necessários.-----

----- Sobre este último aspeto interveio, entretanto, o senhor deputado Guilherme Alves para afirmar que “das pontes de Rio Caldo para cima é realmente da competência das entidades referidas, mas das pontes até Valdosende já não é a mesma situação”.-----

----- Logo depois, o Senhor Presidente retomou a palavra para se referir à questão da transparência. Toda a informação documental e serviços é disponibilizada na página eletrónica do município, relembrando o lugar que o PS deixou a este Executivo, precisamente no ranking da transparência e que deixava muito a desejar. Relativamente ao requerimento e pedido do IMI, não entende o Senhor Presidente esta solicitação, bastava ler a ata da assembleia municipal sobre este assunto, pois como deviam saber, estamos em processo legal onde reclamamos não um, mas dois milhões de euros. Esta situação também que ter em consideração a integração dos outros municípios que integram a albufeira da Caniçada. No total, avançou o Senhor Presidente, serão quase três milhões de euros para o concelho. Relativamente à intervenção do senhor deputado Guilherme Alves, o Senhor Presidente começou por desejar as boas-vindas ao senhor deputado e de como foi, convém não esquecer, e cita-se “o Manuel Tibo que mais aproximou o concelho nos últimos oito anos, com obras e festas nos dois vales do território”, fim de citação, sublinhou o Senhor Presidente. Ainda sobre as afirmações do senhor deputado, o Senhor Presidente aludiu ao turismo em Valdosende e de como não forma referidas as Piscinas de Paradela, para onde foi transferido mais dinheiro do que em obras na freguesia de Valdosende, sinal da aposta no turismo, reiterou o Senhor Presidente. Ainda em Paradela, mas sobre os lotes, o Senhor Presidente afirmou que

não vendemos os mesmos sem condições e a qualquer preço, pois em primeiro lugar serão construídas as infraestruturas, que irão valorizar os lotes, num investimento superior a 10 milhões de euros, adiantou o Senhor Presidente. Sobre a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, o Senhor Presidente registou e agradeceu a mesma. -----

----- O senhor deputado Guilherme Alves voltou a pedir o uso da palavra para fazer um alerta sobre o estado de saúde de cada um, nomeadamente, do seu recente caso pessoal que explicou detalhadamente e o levou a um afastamento prolongado. Ressalvou que a sua vida política aqui em Terras de Bouro tem 24 anos, pedindo desculpa pela ausência e pela situação familiar num direito que lhe assiste e que fez questão de explicar, concluiu o senhor deputado. -----

----- Sobre esta intervenção, o Senhor Presidente voltou a intervir para desejar uma franca recuperação ao senhor deputado Guilherme Alves, mas também não é menos verdade que faltou a dez sessões e não se fez representar, sublinhou o Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ainda nesta fase voltou a solicitar o uso da palavra o senhor deputado Vítor Fernandes para dizer que efetivamente o PS foi poder nesta câmara municipal com uma candidatura independente e apoiante do atual presidente da câmara municipal. Relativamente à situação dos recibos verdes, cerca de 87, lembrou que esta situação aconteceu na época da Troika e as câmaras municipais tinham muitas limitações. Atualmente a câmara municipal devia ter mais critério na qualidade de contratações para os quadros do município e quanto ao IMI foi inclusive o Governo do PS que avançou com este processo, concluiu o senhor deputado. -----

----- O Senhor Presidente iniciou imediatamente novo período de respostas para questionar se só agora o senhor deputado Vítor Fernandes se preocupa com a situação financeira do município, o que é curioso quando temos no presente todos os meios e capacidade para usar a nossa capacidade de endividamento para investir, o que demonstra bem a nossa situação financeira. Não se esqueça o senhor deputado da frase do Engenheiro José Sócrates “de que a dívida deve ser gerida”. A nossa ação, continuou o Senhor Presidente, vai no sentido de criarmos todos os dias mais e melhores condições de vida para todos, de que como é exemplo o novo PDM e se há algo que eu não encontrei na câmara municipal foram alicerces para o futuro, sublinhou também. Veja-se mais um exemplo, o caso do Campo do Bilinho na Vila do Gerês, fui eu o único que se debruçou sobre o assunto e já em abril de 2023 assinámos aqui mesmo o Plano Urbano da Vila do Gerês que irá resolver este problema. Há muitas assimetrias, mas estamos aqui para lutar sempre contra elas! -reiterou o Senhor Presidente-----

----- Interveio, momentaneamente, o senhor deputado Vítor Fernandes para referir

apenas que o Senhor Presidente deveria fazer uma autocrítica pela gestão do anterior presidente Joaquim Cracel. -----

----- Ao que o Senhor Presidente respondeu de imediato com a herança pesada do PS deixada na câmara municipal e da qual constavam assuntos como: lixo, viaturas danificadas, situações precárias de recibos verdes, salas de reuniões sem dignidade, sem um auditório, o Centro do Garrano abandonado e degradado, entre outros, tudo situações que resolvemos, melhoramos e inovamos, tudo com alma e coração no nosso trabalho por Terras de Bouro, finalizou, de momento o Senhor Presidente.-----

----- Seguiu-se o período destinado à intervenção do público. Entre os presentes solicitaram o uso da palavra o senhor Diogo Carrasqueiras Pereira e a senhora Anabela Alves, ambos de Paradela de Valdosende. -----

----- Assim sendo e depois dos cumprimentos dirigidos a todos, o senhor Diogo Pereira começou por aludir ao facto de no recente debate transmitido na TV não ter estado presente o candidato do PSD à câmara municipal, o que se lamenta e o que também se lamenta é alguma falta de respeito e sensatez nas intervenções do senhor Presidente da Câmara Municipal. De igual forma, o senhor Diogo Pereira sublinhou a falta de planeamento que existe e o seu contentamento pelo acompanhamento das suas próprias sugestões nas redes sociais, agradecendo aos funcionários municipais a concretização das obras sugeridas. Relativamente ao funcionamento da assembleia municipal e transparência no município, lembrou um email enviado por si em agosto de dois mil e vinte e quatro, onde apresentava várias sugestões e de como não obteve qualquer resposta até à data. Terminou a sua intervenção, em primeiro lugar, com uma referência à presença do Senhor Presidente numa reunião da ANMP e de como a intervenção do Presidente da Câmara Municipal poderia ter sido melhor no mesmo encontro e, por fim, em como é importante uma mudança nos comportamentos.-----

----- Prossequindo a intervenção do público, a intervenção seguinte pertenceu à senhora Anabela Alves que, após os cumprimentos dirigidos à Mesa e a todos os presentes, referiu um relatório da PORDATA (portal estatístico da Fundação Francisco Manuel dos Santos ) em que é mencionado que Terras de Bouro é o único concelho entre os cinco mais próximos que está a perder população. A senhora Anabela Alves questionou então o Senhor Presidente sobre o que está a ser executado para inverter esta situação e também o que já foi feito anteriormente para inverter este problema. -----

----- Neste período interveio também para responder ao público presente e interveniente o senhor Presidente da Câmara Municipal. Relativamente à intervenção do senhor Diogo Pereira justificou a sua ausência no referido debate televisivo por se encontrar ausente em férias familiares previamente marcadas, não entanto, frisou “que tem conhecimento

de todas as situações e está bem documentado, não sendo pessoa de fugir a debates”. Agradeceu, igualmente, a apresentação dos assuntos nas redes sociais, que de forma rápida foram solucionados, questionado também se não sabe que há limpezas que não podem, momentaneamente, ser efetuadas devido ao calor e ao risco de incêndio. Continuando explicou detalhadamente o acontecido na reunião da ANMP, assunto referido pelo senhor Diogo Pereira. Ainda sobre a mesma intervenção, o Senhor Presidente explicou que não podemos tratar lixo no nosso concelho, pois como o senhor Diogo Pereira saberá, noventa e quatro por cento da área do nosso território não o permite. -----

----- No que diz respeito à intervenção da senhora Anabela Alves e segundo os Censos de 2021 não há coincidência entre o número de eleitores e o número de residentes, sendo que, segundo a CIM do Cávado só Braga e Esposende aumentaram a sua população nos anos mais recentes. “Para atrairmos e fixarmos população fizemos, por exemplo, quarenta e seis projetos para reabilitação de edifícios para arrendamento acessível, teremos um parque industrial de relevo para a criação de emprego, a construção do teleférico na Vial do Gerês, permitido pela revisão do Plano do PNPG, será estratégico para atrair investimento e para combater a sazonalidade, fazendo do Turismo um motor económico que funcione todo o ano e não apenas no verão”. Continuando, aludiu ao processo com a empresa Águas do Gerês que regista hoje aqui mesmo a apresentação do protocolo que “iremos celebrar com esta empresa e que levará à criação de mais emprego e desenvolvimento económico ao concelho”. Esta é a resolução de uma situação problemática e antiga, pois existia animosidade entre os hoteleiros, que terão que ter também mais sensibilidade e disponibilidade e a empresa Águas do Gerês. Este protocolo visará colaboração entre as duas entidades com vista ao aproveitamento de águas termais para uma ou mais piscinas que atenuem a sazonalidade turística da vila. Este acordo de colaboração autoriza ainda a Empresa Águas do Gerês a ocupar domínio público municipal para a construção de um passadiço de ligação aérea entre o Hotel Águas do Gerês e o edifício das Termas e SPA do Gerês, cujo projeto já foi apresentado à autarquia. O protocolo viabiliza também o licenciamento da construção de um túnel que atravessará o caminho público existente nas traseiras do Hotel Águas do Gerês, avançou o Senhor Presidente. Desde 2017 que nos “inteiramos desta situação no Gerês”, informou também o Senhor Presidente, no sentido de “elaborarmos um “Polis” que ordene requalifique toda esta zona, aproveitando a marca “Gerês”. Prosseguindo e já na área da segurança e fiscalização no concelho, o Senhor Presidente frisou a importância da criação da Polícia Municipal e também a implementação de uma área de animação noturna nas imediações da Vila do Gerês. Com igual preocupação “requalificámos miradouros e cascatas, pois a segurança natural

é também ela uma forma de atração turística”, ressaltou. Ainda na área do Turismo, salientou o valor da Taxa Turística e de como tem sido implementada no alojamento local. Por último, nesta intervenção, aludiu à requalificação das vias nacionais que atravessam o concelho, existindo já um estudo prévio para a intervenção entre Souto e Rio Caldo.-----

----- Teve início depois o período da ordem de trabalhos onde constavam os seguintes pontos: -----

**1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do Número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e vinte e três de doze de setembro; -----**

**2. Análise e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil Municipal de Terras de Bouro; -----**

**3. Análise e votação da Quarta Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2025; -----**

**4. Análise e conhecimento do Relatório da Sociedade de Revisores de Contas, relativo ao primeiro semestre de 2025; -----**

**5. Análise e votação da proposta de Carta Educativa Municipal de 2.ª Geração; -----**

**6. Análise e votação da Minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com a Empresa das Águas do Gerês; -----**

**7. Análise e votação de Voto de Pesar – Senhor Claudino Cruz Ferreira. -----**

----- Neste período inicial da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou as seguintes informações sobre: a abertura do concurso público para a obra de calçamento da estrada da Mata da Albergaria, no valor de um milhão de euros e a obra de requalificação da via municipal entre o Cruzeiro do Campo e a Vila do Gerês. Continuando, referiu ainda as atividades municipais realizadas neste período, assim sendo: o Município de Terras de Bouro informou e congratulou-se pelo facto da Praia do Alqueirão ter sido distinguida com o galardão "Praia com Qualidade de Ouro 2025"; iniciaram-se os trabalhos inerentes ao alargamento pontual e repavimentação integral da Rua das Escolas, na freguesia de Rio Caldo; o Município de Terras de Bouro organizou, no passado dia 28 de junho, mais uma edição do Encontro Sénior do concelho, que teve lugar na Quinta da Malafaia; o Projeto Gerês Seguro é uma ação diferenciadora desenvolvida em parceria entre a Câmara Municipal de Terras de Bouro e a Associação Gerês Viver Turismo para promover a divulgação de orientações fundamentais de boas práticas ambientais nos locais de maior afluência turística no concelho de Terras de Bouro e no Parque Nacional da Peneda Gerês; o Auditório

Municipal de Terras de Bouro foi palco, a 10 de julho, do segundo dia das IV Jornadas Intermunicipais de Bibliotecas; o Município de Terras de Bouro voltou a dinamizar o 'Dia da Juventude', a 18 de julho, na Praça do Município e foi uma das entidades que participou na XI edição da atividade "Dias a viver a água"; a Câmara Municipal de Terras de Bouro, com o patrocínio da SABSEG e da Caixa Agrícola de Terras de Bouro, premiou novamente os alunos do Quadro de Mérito estabelecido pelo Agrupamento de Terras de Bouro. A cerimónia ocorreu a 18 de julho na Praça do Município e cada um dos 81 alunos premiados recebeu um cheque individual que representou um investimento global de 12.150,00 euros; o Município de Terras de Bouro, em parceria com a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, atribuiu no passado dia 18 de julho um total de 149 bolsas de estudo aos alunos do concelho que frequentam o Ensino Superior. A cerimónia de entrega decorreu na Praça do Município e representou um investimento global de 85.475 euros; decorreu a 22 de julho, na Sala de Reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, uma reunião ordinária do Conselho Municipal da Educação. Na sessão de trabalho, procedeu-se à tomada de posse de novos elementos do CME e à emissão de um parecer sobre o do Plano de Transportes para o ano letivo 2025/2026; de 31 de julho a 4 de agosto a sede do concelho ficou repleta e muito animada para receber os milhares de pessoas que aqui se deslocaram para assistir às Festas Concelhias em Honra de São Brás; os incêndios de 26 de julho devastaram mais de 1.800 hectares de floresta em Terras de Bouro e afetaram um total de 5.786 hectares no Parque Nacional da Peneda-Gerês. No dia 8 de agosto, uma comitiva de governo, que incluiu os ministros da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes, da Economia e Coesão Territorial, Castro Almeida, e o secretário de Estado do Ambiente, João Manuel Esteves, Presidente da CCDR-N, António Cunha e representantes do ICNF e da APA visitaram o concelho; este ano letivo, o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro irá dar continuidade à opção do Inglês como oferta complementar no 1º e 2º anos de escolaridade. Neste sentido, o Município oferecerá o manual e o respetivo livro de fichas de Inglês a todos os alunos do 1º e 2º ano, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar; a Câmara Municipal de Terras de Bouro levou ao conhecimento dos pais e encarregados de educação que iria participar também os livros de fichas de trabalho complementares aos manuais escolares; o Município de Terras de Bouro vai reforçar os meios materiais e operacionais da Proteção Civil local, no âmbito da candidatura aprovada à operação "Adaptação às Alterações Climáticas", inserida no programa NORTE2030, um investimento total de 202.158,16 euros, cofinanciado em 84,51% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); o Município de Terras de Bouro vai implementar um projeto de recolha seletiva de biorresíduos no setor doméstico, no âmbito do programa Norte mais Verde e Hipocarbónico, com o objetivo de promover a

economia circular e uma gestão de resíduos mais eficiente e sustentável; a Câmara Municipal de Terras de Bouro teve, no passado dia 25 de julho, a aprovação da sua candidatura para a Aquisição de Veículos Elétricos, integrada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); o Município de Terras de Bouro, através da Proteção Civil Municipal e em colaboração com a GNR, lançou um programa de prevenção de afogamentos infantis na zona balnear de Alqueirão, em Vilar da Veiga; no dia 30 de agosto, o Núcleo Museológico de Campo do Gerês acolheu a apresentação do livro “A Região do Gerês e a Estrada da Jeira”, da autoria do investigador e Professor Fernando António da Silva Cosme; o Município de Terras de Bouro vai realizar uma importante intervenção de requalificação urbana em Rio Caldo, no âmbito da operação “Requalificação Urbana de Rio Caldo”, financiada pelo programa NORTE2030, com um investimento total de 809.096,86 euros; no dia 29 de agosto, a senhora Ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, visitou o nosso território onde pôde constatar e verificar os trabalhos urgentes que o ICNF e a APA têm em curso; a senhora Ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, oficializou também a 29 de agosto, na Marina de Rio Caldo, a entrega ao Município de Terras de Bouro de uma embarcação híbrida, reforçando assim a fiscalização na Albufeira da Caniçada; a Câmara Municipal de Terras de Bouro aprovou, na Reunião de Executivo de 12 de setembro, a proposta de revisão do novo PDM de Terras de Bouro, com agradecimentos aos técnicos da autarquia, Engenheiros Jerónimo Correia, Isaac Santos e Nuno Dias. Assim, e após ser publicado em Diário da República, terá início o período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), abrindo um espaço de participação direta para a comunidade. O prazo será de 60 dias consecutivos; em reunião ordinária pública de 12 de setembro de 2025, a Câmara Municipal de Terras de Bouro deliberou iniciar o período de discussão pública para a proposta de alteração do Plano de Pormenor da Caniçada e nos dias 27 e 28 de setembro de 2025, a vila do Gerês volta a ser palco de celebração da fotografia e do cinema de natureza com a realização da 5ª edição do Iris – Festival de Imagem de Natureza do Gerês com um especial agradecimento ao Vereador Municipal António Cunha pela organização deste evento no nosso concelho. O Senhor Presidente comunicou também a troca de empresa na recolha do lixo, explicou o processo de alienação dos edifícios da EPATV com o Município e de como os interesses de Terras de Bouro foram intransigentemente defendidos sendo agora assinado um acordo entre os três, Terras de Bouro, Amares e Vila Verde. Por último, neste ponto, o Senhor Presidente apresentou os valores orçamentais à data que eram do lado da receita de 11.060.995,68 € e do lado da despesa, o valor era de 10.615.454,09 €. -----  
----- Nesta fase da reunião e aberto posteriormente o período de inscrições sobre o

primeiro ponto, solicitou a palavra o senhor deputado Vítor Fernandes, do Partido Socialista -----

----- O senhor deputado iniciou logo depois a sua intervenção questionado a realização no nosso concelho do encontro de bibliotecas, “se nem temos biblioteca” e ainda sobre o processo da EPATV o que é que resultou daí em termos práticos para o município, questionou.-----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente requereu o uso da palavra para responder à intervenção do senhor deputado Vítor Fernandes. Assim sendo, o Senhor Presidente sublinhou que não temos agora biblioteca, mas temos a intenção de ter uma estrutura no futuro e quanto à EPATV trata-se de uma questão contabilística para regularizar o dinheiro que saiu da câmara municipal.-----

----- Continuando a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou e explicou o teor do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil Municipal de Terras de Bouro que e cita-se “ é um plano geral reservado a definir, em conformidade com a legislação estruturante, a articulação e o modo de atuação de várias entidades, serviços e estruturas, a empenhar e mobilizar em operações de Proteção Civil de nível municipal. Este Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) corresponde a um instrumento flexível e dinâmico, que contemplará as atualizações que se entendam como oportunas, para a otimização da capacidade de resposta à generalidade das situações de emergência, que se assumam passíveis de manifestação, no território do Município de Terras de Bouro. O presente plano, articula-se com o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de Braga e com os PMEPC dos municípios vizinhos (Ponte da Barca, Vila Verde, Montalegre, Amares e Vieira do Minho. O PMEPCTB suporta a coordenação institucional e a articulação entre as entidades cuja mobilização é despoletada pela ativação do mesmo e define as necessárias atribuições e responsabilidades, de forma a assegurar uma resposta organizada a situações de acidente grave ou catástrofe. Em correspondência com o n.º 12 do Artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, da CNPC, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil que hoje aqui se apresenta para aprovação, entra em vigor no 1.º dia útil seguinte à publicação da deliberação de aprovação em Diário da República e vigora pelo tempo determinado nos termos do parecer favorável, emitido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), no âmbito da sua apreciação técnica,” fim de citação e da intervenção do Senhor Presidente.-----

----- Sem intervenções requeridas e colocado depois à votação, o ponto dois foi aprovado por unanimidade. -----

----- A sessão prosseguiu com o senhor Presidente da Assembleia Municipal a introduzir

o terceiro ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal a apresentar a Quarta Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2025, cujas alterações resultam dos seguintes factos: NORTE2030-FSE+-02629100 - Balcão Móvel da Inclusão de Terras de Bouro, com uma comparticipação de € 127.680,67, distribuída pelos exercícios de 2025 (€ 42.560,22), 2026 (€ 63.840,34) e 2027 (€ 21.280,11); NORTE2030-FSE+-02629900 - Plano de Ação (Inter)Municipal para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis de Terras de Bouro - PAIIA, com uma comparticipação de € 243.188,00, distribuída pelos exercícios de 2025 (€ 67.552,22), 2026 (€ 81.062,67), 2027 (€ 81.062,67) e 2028 (€ 13.510,44); NORTE2030-FEDER-02951100 - Requalificação Urbana do Antigo Bairro da EDP em Valdosende, com uma comparticipação de € 897.619,85; NORTE2030-FEDER-02622300 – Recolha seletiva de biorresíduos em Terras de Bouro, com uma comparticipação para o município de € 297.653,85; NORTE2030-FEDER-02947800 - Requalificação Urbana de Rio Caldo, com uma comparticipação de € 468.728,77; NORTE2030-FEDER-02732400 - Digitalização da Administração Pública Local – CMTB, com uma comparticipação de € 291.884,90, e investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360° - Aquisição de Veículos Elétricos, com uma comparticipação de € 42.592,35. Ao nível da despesa aquelas receitas serão afetas aos respetivos projetos do Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Com a integração destas novas previsões de receita (aumento de € 2.108.592), o orçamento municipal passará a prever o montante total de € 26.531.171,00. Considerando o exposto apresenta-se a Quarta Revisão aos documentos previsionais para o ano de 2025, propondo-se à Assembleia Municipal a sua aprovação, concluiu o Senhor Presidente. ----

----- Sem intervenções requeridas e colocado depois à votação, o ponto três foi aprovado por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu seguidamente o quarto ponto, “ Análise e conhecimento do Relatório da Sociedade de Revisores de Contas, relativo ao primeiro semestre de 2025” documento que foi apresentado e explicado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e do qual se deu conhecimento atempado a todos os presentes.-----

----- Sem intervenções, foi assim declarado como conhecido. -----

----- Logo depois foi apresentado o quinto ponto “Análise e votação da proposta de Carta Educativa Municipal de 2.ª Geração” documento do qual foi dado conhecimento atempado a todos os presentes e apresentado logo depois pelo senhor Presidente da Câmara Municipal que afirmou que a “Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento estratégico que visa o (re)ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, contribuindo para a promoção da qualidade do sistema educativo e

formativo de acordo com as especificidades do território e a dimensão prospetiva implícita. Segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a Carta Educativa é “a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada Município. De acordo com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a elaboração da Carta Educativa “é da competência da câmara municipal sendo aprovada pela assembleia municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria. Complementarmente, e conforme o artigo 15.º do supracitado documento normativo, a “revisão das cartas educativas é obrigatória quando a rede educativa do Município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do departamento governamental com competência na matéria ou dos próprios Municípios”. Este instrumento, que já obteve o parecer favorável da DGEstE deverá ainda ser alvo de revisão obrigatória de 10 em 10 anos”, concluiu o Senhor Presidente. --

----- Relativamente a este ponto, pediu o uso da palavra o senhor deputado Guilherme Alves para enaltecer o trabalho efetuado na elaboração da Carta Educativa. Neste âmbito, o senhor deputado referiu-se ainda a um mapa demográfico do INE presente no documento e de como é importante perceber que várias freguesias do concelho têm vindo a perder consecutivamente população, registando uma perda de doze, virgula três por cento, o que é muito preocupante, sublinhou. O futuro não é risonho, reiterou o senhor deputado Guilherme Alves, já que o que está em causa é a renovação geracional e o nosso contributo para reverter esta situação, concluiu. -----

----- O Senhor Presidente voltou a usar da palavra logo depois para afirmar “que nos cabe a todos criar condições para alterar a situação” que o senhor deputado Guilherme Alves referiu, sendo certo que “as pessoas da nossa era têm outras preocupações e prioridades e ter filhos não é uma delas, são factos”, sublinhou o Senhor Presidente que ainda afirmou existir um hiato demográfico nacional entre 2011 e 2021, como será do conhecimento geral. É certo que a revisão do PDM, que levaremos a cabo, contribuirá para melhorar a situação, pois permitirá ter mais qualidade de vida, mais construção e facilidade em ter habitação em Terras de Bouro. De igual forma, prosseguiu e concluiu. é fundamental criarmos condições dignas e de segurança, nomeadamente, para a comunidade escolar.-----

----- Colocado logo depois à votação foi o quinto ponto aprovado por unanimidade. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o sexto

ponto, Análise e votação da Minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com a Empresa das Águas do Gerês.-----

----- Sobre este ponto interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para informar e esclarecer que o Município de Terras de Bouro e a Empresa das Águas do Gerês, S.A.,(EAA) irão celebrar um Protocolo de Cooperação que visará a atuação conjunta, articulada e coordenada com vista a reforçar, diversificar e inovar a oferta turística da região, cujo incremento da procura trará benefícios evidentes quer à concessionária, quer aos operadores económicos e às populações locais. Assim sendo e na visão convergente sobre a necessidade de fomentar o turismo de qualidade que dilua a sazonalidade da procura, reforçando-a ao longo do ano, de forma mais homogénea, pretende-se relançar um espírito de cooperação entre as duas entidades através da concretização de iniciativas e projetos que beneficiem os objetivos acima enunciados, mormente a construção e exploração de piscinas. Existe assim um acordo fazer um estudo conjunto sobre a viabilidade de utilização do caudal e da temperatura da água termal dos recursos hidrotermais afetos à exploração concessionada, proveniente, designadamente, do furo “Coração de Jesus (CJ1)” para aquecimento de águas em piscinas. O Município de Terras de Bouro pretende assim projetar, licenciar, executar e explorar um equipamento que se caracteriza, genericamente, por uma ou mais piscinas, dotado de infraestruturas de circulação e apoio aos utentes, designadamente balneários, inseridos de harmonia com a envolvente, tendo por objetivos o funcionamento contínuo ao longo de todo o ano. Como contrapartida pelos investimentos mencionados na cláusula anterior, o Município terá os direitos exclusivos de exploração do referido equipamento até ao termo do prazo da concessão, em outubro de 2048. A EAA cede também, em regime de comodato, ao Município os espaços denominados de “Jardim da Colunata” e da “Praça Honório de Lima”, pelo prazo de cinco anos, para fins de uso e fruição dos munícipes, visitantes e turistas, efetuando a câmara municipal a conservação e limpeza dos referidos espaços. Neste âmbito, a Empresa das Águas do Gerês poderá também construir um passadiço para a ligação aérea entre o Hotel Águas do Gerês e o Edifício das Termas e SPA do Gerês e um túnel subterrâneo que atravessará o caminho público existente nas traseiras do Hotel, sujeitos ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e ao disposto nas cláusulas do Protocolo celebrado, concluiu o Senhor Presidente.-----

----- Sobre este ponto pediu a palavra o senhor Deputado Vítor Fernandes para sublinhar a importância do Gerês, da própria Vila e de com se trata do nosso “melhor cartão de visita”, sublinhou também. Durante muitos anos não existiu entendimento entre a câmara municipal e a administração Van Zeller e na realidade o município deve fazer mais pelo



Gerês. O senhor deputado referiu ainda que há 25 anos o PS pela mão do Dr. Ricardo Gonçalves apresentou uma proposta semelhante a este protocolo e que na altura tal foi recusado pelo PSD, aqui fica o seu lamento, concluiu o senhor Deputado Vítor Fernandes.-----

----- Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para dizer que a Empresa Hoteleira do Gerês, a Empresa das Águas e os hoteleiros pagam impostos e precisam de ser acarinhados. Irá no futuro o PS rever a sua posição sobre a concessão, questionou o Senhor Presidente, que sublinhou igualmente o investimento da empresa das águas no Gerês nos últimos anos. A verdade é que não podemos “estar de costas voltadas” porque todos beneficiam com este entendimento, frisou e concluiu o Senhor Presidente.-----

----- Ainda sobre este tema o senhor Deputado Guilherme Alves usou da palavra para frisar os benefícios desta parceria e de como devemos proteger o que gera riqueza para o nosso concelho.-----

----- Sem mais intervenções, o sexto ponto foi aprovado por unanimidade com Declaração de Voto do Partido Socialista. -----  
e do mesmo consignado o respetivo voto de silêncio.-----

----- Logo depois foi apresentado e lido pela senhora Elisa Antunes, segunda secretária da mesa, o sétimo ponto, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Claudino Cruz Ferreira, assunto que mereceu a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal para demonstrar todo o seu agradecimento e reconhecimento pela dedicação e empenho do senhor Tenente Coronel Claudino Cruz Ferreira como elemento desta assembleia municipal durante muitos anos.-----

----- Sem mais intervenções, o sétimo ponto foi aprovado por unanimidade e do mesmo consignado o respetivo voto de silêncio.-----

----- Por último o senhor Presidente da Câmara Municipal usou ainda da palavra para agradecer a todos por este mandato que agora termina, desculpando-se por algum eventual exagero que como se sabe nunca é pessoal. “Continuamos por cá”, frisou, sendo a liberdade um direito fundamental que deve ser exercido por todos. Agradeceu igualmente e para concluir, a dedicação e o trabalho com este Executivo Municipal dos presidentes de junta que agora cessam funções em particular e de todos os que se recandidatam em geral também.-----

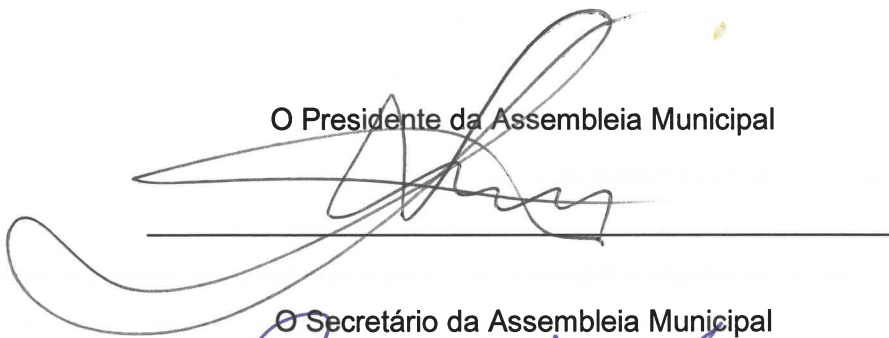
----- Também para se despedir pediu a palavra o senhor Deputado Guilherme Alves para agradecer a todos o espírito de colaboração e dedicação à causa pública, factos que devem ser reconhecidos, terminando agora a sua presença nesta assembleia ao fim de vinte e quatro anos com um especial agradecimento a todos.-----

----- Ainda antes do encerramento da sessão, o senhor Presidente da Assembleia

Municipal usou da palavra para sublinhar que todas as sessões deveriam ter esta adesão e demonstrar o seu reconhecimento e agradecimento por estes quatro anos de dedicação à causa pública a todos os presentes nesta assembleia, em particular e porque fez questão de deixar para o fim, uma palavra também de agradecimento ao Dr. Paulo Morgado pela presença e dedicação profissional para a realização destas reuniões da assembleia municipal, enquanto responsável da logística das mesmas.-----

----- Sendo zero horas e trinta minutos nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim que a secretariei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal

